UNEMAT
Universidade do Estado de Mato Grosso
Carlos Alberto Reyes Maldonado

EDITAL Nº 01/2023 - 30 DE NOVEMBRO DE 2023
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UNEMAT
CONCURSO PÚBLICO

Técnico Universitário - Nível Superior: MUSEÓLOGO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - O candidato recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este **Caderno de Questões**, com o enunciado das 60 (sessenta) questões objetivas, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

CONHECIMENTOS BÁSICOS				CONHECIMENTOS GERAIS				CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
Língua Portuguesa		Legislação Básica		História Política e Econômica e Geografia de Mato Grosso		Ética, Filosofia e Atualidades			
Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos
1 a 10	1,0 cada	11 a 15	1,0 cada	16 a 25	1,0 cada	26 a 30	1,0 cada	31 a 60	1,0 cada
Total: 15,0 pontos				Total: 15,0 pontos				Total: 30,0 pontos	
Total: 60,0 pontos									

b) **Cartão-Resposta** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02 - O candidato deve verificar se este material está em ordem e se o seu nome e o seu número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão-Resposta**. Caso não esteja e os dados não confiram, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **Cartão-Resposta**, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.

04 - O candidato deve ter muito cuidado com o **Cartão-Resposta**, para não o **dobrar, amassar** ou **manchar**. O **Cartão-Resposta SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado.

05 - Logo após a autorização para o início das provas, o candidato deve conferir se este **Caderno de Questões** está em ordem e com todas as páginas. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA** letra no **Cartão-Resposta,** preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura óptica do **Cartão-Resposta** é sensível a marcas escuras; portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **mesmo que uma das respostas esteja correta**.

Exemplo: Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ Ⓔ

07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.

08 - **SERÁ ELIMINADO** deste Concurso Público o candidato que

a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;

b) portar ou usar, durante a realização das provas, aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como: agendas eletrônicas e/ou similares, gravadores, *pen drive*, mp3 *player* e/ou similar, fones de ouvido, chaves com alarme ou com qualquer outro componente eletrônico, relógios de qualquer natureza, telefones celulares, microcomputadores portáteis e/ou similares;

c) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **Caderno de Questões** e/ou o **Cartão-Resposta**;

d) se recusar a entregar o **Caderno de Questões** e/ou o **Cartão-Resposta**, quando terminar o tempo estabelecido;

e) não assinar a **Lista de Presença** e/ou o **Cartão-Resposta.**

Obs. O candidato só poderá ausentar-se do recinto das provas após **duas horas** contadas a partir do efetivo início das mesmas. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO poderá levar o Caderno de Questões**, a qualquer momento.

09 - O candidato deve reservar os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão-Resposta**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões NÃO serão levados em conta**.

10 - O candidato deve, ao terminar as provas, entregar ao fiscal o **Caderno de Questões** e o **Cartão-Resposta** e **ASSINAR a Lista de Presença.**

11 - **O tempo disponível para estas provas de questões objetivas é de 4 (quatro) horas,** já incluído o tempo para a marcação, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **Cartão-Resposta** devidamente marcado e o **Caderno de Questões**.

12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados a partir do primeiro dia útil após sua realização, no endereço eletrônico da **Fundação Cesgranrio (http://www.cesgranrio.org.br)**.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Sombra e água

1 Finalmente, a jabuticabeira começa um estirão, deixa aquele estágio arbustivo e fica maior do que a dona da casa. Passa do metro e setenta, uns galhos centrais mais eretos e dirigidos ao céu, enquanto outros, mais periféricos, pendem um pouco para todos os lados, formando uma possível copa, embora ainda baixa demais para caber uma pessoa adulta sob sua folhagem verde-escura.

2 A muda da jabuticabeira não foi adquirida por conta de sua fruta. Todos ao redor advertiam sobre a demora da florada e das jabuticabas, que precisam de água abundante, e aqui... neste terreno seco, pobre, nada haveria de frutificar. A muda foi comprada primeiro porque a dona da casa queria, no futuro, uma sombra. A sombra na varanda era uma espécie de sonho inalcançável, e disseram que, com uma jabuticabeira, neste solo infértil, seria como esperar pela aposentadoria. Demoraria a vida inteira e talvez nem chegasse a tempo de existirem, nesta casa, uma mulher e uma rede, na qual ela se sentaria ou se deitaria para ler um livro ou uma revista ou com um gato cego para acarinhar.

3 Mas não parece que é o que vai acontecer. Pelo visto, a sombra chegará bem antes da aposentadoria dessa mulher que trabalha diariamente, por três turnos, interrompidos apenas por um pedaço de novela das seis e um café para acordar. A jabuticabeira cresceu mais depois das chuvas abundantes, o que ajudou a confirmar as ambiguidades e os contrassensos do mundo. Enquanto aqui a água alimentou a terra e as raízes de uma sombra frutífera futura, nos bairros ao redor ela levou encostas, fez transbordar o rio, afogou casas e animais de estimação e pessoas, incluindo velhos e crianças em pleno sono. No quintal em que está, a jabuticabeira deu resposta positiva à água que caiu do céu, crescendo mais do que o esperado pela vizinhança inteira, enchendo de alegria a dona da casa, essa mulher que cuida sozinha do filho e que pretende, um dia, habitar mais a própria casa.

4 Também para desafiar os palpites da vizinhança e dos familiares de pouca fé, a jabuticabeira, ainda bem pequena, começou a dar jabuticabas, mesmo antes de ter um metro e meio, e eram frutas que amadureciam, cresciam, ficavam suculentas e podiam ser consumidas, se alguém as colhesse daquele caule onde nascem grudadas como insetos, depois da floração branca. [...]

5 Contra todos os palpites da vizinhança e dos poucos familiares com quem ainda conversa pelas redes sociais, a mulher cultiva a jabuticabeira com forte esperança de que seja possível cochilar sob sua sombra um dia; então, não raro, enquanto faz o almoço, a dona da casa dá olhadelas carinhosas para a árvore, já com mais de um metro e setenta de altura e galhos para todos os lados, além do tronco que a eleva e sustenta, e vê florezinhas, depois jabuticabas que, como ninguém colhe, são comidas pelos passarinhos e até por insetos, que descobriram este quintal, esta casa e esta mulher que espera pela jabuticabeira com muito mais esperança e animação do que pela aposentadoria.

6 A mulher não pode criar seu filho com a dedicação que gostaria, não pode alimentar o gato duas vezes por dia, não consegue regar as mudas com frequência, não está em casa quando o carteiro toca a campainha para entregar correspondências que exigem sua assinatura. Ela acorda muito cedo, faz as entregas do filho, das senhas, das chaves, os acordos com as outras vizinhas, e sai a trabalhar descontente, como provavelmente todas as pessoas do mundo, em especial as que não trabalham para si e para os seus. Ela retorna para o almoço, à tarde muda de endereço profissional, retorna para um café e muda novamente de direção. Nesse exercício de vaivém, quase como uma engrenagem, ela consegue dar olhadelas furtivas para a árvore que se forma no quintal, prometendo algo difícil de comprar, seu maior investimento: sombra e descanso.

7 Fruem a presença da jabuticabeira borboletas, formigas, passarinhos e mesmo o gato, que cabe embaixo dela e não se importa com a terra molhada ou as folhas em decomposição. Observam a árvore algumas pessoas da vizinhança, numa espécie de aposta controversa, em alguns casos desejando que os galhos sequem, a planta morra, a confirmar as previsões de tão inteligentes pessoas. Outras, no entanto, conseguem ter bons sentimentos e, em pensamento, ficar felizes porque a dona da casa, em alguns tantos anos, haverá de conseguir sua sombra, depois sua rede, onde se deitar com o gato cego e, em paz, morrer.

RIBEIRO, A. E. Sombra e água. **Estado de Minas**. Belo Horizonte. Disponível em: https://www.em.com.br/cultura/. Acesso em: 6 nov. 2023. Adaptado.

1

A dona da casa plantou a jabuticabeira

(A) como uma forma de investimento.
(B) para desafiar a opinião dos vizinhos.
(C) a fim de consumir os frutos suculentos.
(D) porque gostava da folhagem verde-escura.
(E) pois o solo era bom para o cultivo da espécie.

2

O fragmento “que pretende, um dia, habitar mais a própria casa.” (parágrafo 3) está relacionado ao fato de

(A) a casa ser hoje inabitável.
(B) a mulher ser muito atarefada.
(C) a jabuticabeira estar bem pequena.
(D) o filho requerer ainda muitos cuidados.
(E) os vizinhos serem extremamente desagradáveis.

3
No quarto parágrafo, o fragmento “dos familiares de pouca fé” faz referência ao fato de esses familiares

(A) temerem as chuvas abundantes.
(B) menosprezarem a devoção cristã da mulher.
(C) estarem afastados de qualquer religião.
(D) desacreditarem do crescimento da árvore.
(E) desconfiarem dos acordos com as vizinhas.

4
Para a mulher, a jabuticabeira sobreviver e crescer frondosa em seu quintal representa

(A) morte
(B) sustento
(C) descanso
(D) abundância
(E) contrassenso

5
No trecho “**Pelo visto**, a sombra chegará bem antes da aposentadoria dessa mulher” (parágrafo 3), a expressão em destaque pode ser substituída, sem alteração de seu sentido, por

(A) felizmente
(B) certamente
(C) indubitavelmente
(D) presumivelmente
(E) consequentemente

6
Considere o emprego da palavra em destaque no período abaixo.

> **Como** ninguém colhe as jabuticabas, elas são comidas pelos passarinhos e até por insetos.

Nesse período, a palavra destacada constrói, entre as duas orações, uma relação semântica de

(A) causa
(B) tempo
(C) comparação
(D) concessão
(E) proporcionalidade

7
A ambiguidade é considerada um problema grave na redação oficial, que tem como traço necessário a clareza.

A frase que suscita duas leituras possíveis é:

(A) Os palpites dos familiares jamais a desanimaram.
(B) Um sonho que ela acalentava era uma sombra na varanda.
(C) A jabuticabeira é uma árvore frutífera nativa da Mata Atlântica.
(D) Poucas pessoas conseguem ficar contentes com a vitória do outro.
(E) O vizinho falou com a mulher que acorda muito cedo todos os dias.

8
No fragmento “a dona da casa, em alguns tantos anos, haverá de conseguir sua sombra” (parágrafo 7), o emprego da locução verbal “haverá de conseguir” revela

(A) condição
(B) esperança
(C) solicitação
(D) capacidade
(E) oferecimento

9
Em “além do tronco que **a** eleva e sustenta” (parágrafo 5), o pronome oblíquo em destaque retoma, no contexto do quinto parágrafo, o referente

(A) a árvore
(B) esperança
(C) sua sombra
(D) a vizinhança
(E) a dona da casa

10
O trecho que, no texto, apresenta sentido conotativo é:

(A) “para caber uma pessoa adulta sob sua folhagem” (parágrafo 1).
(B) “Todos ao redor advertiam sobre a demora da florada e das jabuticabas” (parágrafo 2).
(C) “afogou casas” (parágrafo 3).
(D) “A jabuticabeira cresceu mais depois das chuvas abundantes” (parágrafo 3).
(E) “Ela acorda muito cedo” (parágrafo 6).

RASCUNHO

Continua

LEGISLAÇÃO BÁSICA

11

De acordo com o art. 52 da Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as univerdades são instituições "de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano", assumindo, assim, ações com um caráter

(A) disciplinar
(B) interdisciplinar
(C) multidisciplinar
(D) pluridisciplinar
(E) transdisciplinar

12

Consta no art. 56 da Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que "As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática [...]".

A observância desse princípio está assegurada pela existência de órgãos colegiados

(A) consultivos
(B) deliberativos
(C) avaliativos
(D) técnicos
(E) contábeis

13

A gerência executiva da UNEMAT resolveu instituir premiação aos servidores pelo melhor desempenho nas suas atividades. O vencedor foi o servidor que apresentou o menor número de indeferimentos aos pleitos apresentados, tendo oferecido justificativas legais e morais para seus atos.

Nos termos da Lei Complementar nº 112/2002, a moralidade da Administração Pública Estadual não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem

(A) fundamental
(B) coletivo
(C) respeitado
(D) comum
(E) misericordioso

14

Um profissional da educação realiza pesquisa normativa sobre direitos e deveres na sua área de atuação.

Nos termos da Constituição Federal de 1988, um dos princípios aplicáveis ao ensino consiste na valorização dos profissionais da educação escolar, tendo garantido(s), na forma da lei,

(A) bolsas de estudo
(B) aposentadoria precoce
(C) saúde integral
(D) empréstimos a juros baixos
(E) planos de carreira

15

Determinado servidor vinculado ao estado de Mato Grosso foi surpreendido pela extinção do quadro que ocupava. Após certo período, requer à Administração seu aproveitamento em outro lugar.

Nos termos da Lei Complementar nº 04/1990, a passagem do servidor estável de cargo efetivo de carreira para outro de igual denominação, classe e remuneração, pertencente a quadro de pessoal diverso e na mesma localidade, denomina-se

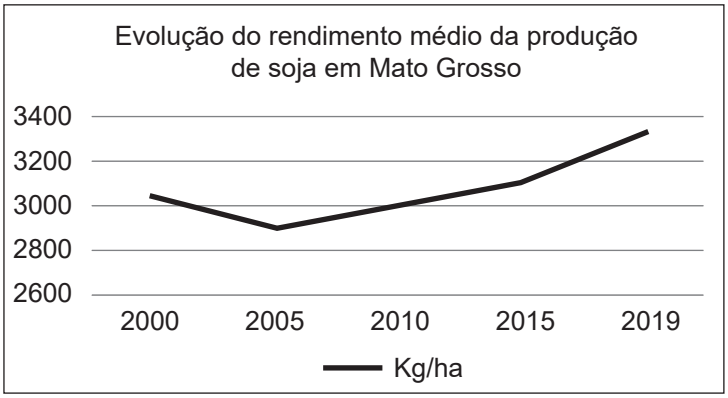
(A) ocupação
(B) transmissão
(C) transferência
(D) acesso
(E) vacância

RASCUNHO

CONHECIMENTOS GERAIS

HISTÓRIA POLÍTICA E ECONÔMICA E GEOGRAFIA DE MATO GROSSO

16
Considere o gráfico a seguir:



BERNARDES, J. A. Formas mutantes de reprodução do capital e do uso do território no cerrado mato-grossense. *In*: KAHIL, S. P. (org.) *et all*. **O tamanho do Brasil**: território de quem? São Paulo: Max Limonad, 2021. Disponível em: http://nuclamb.geografia.ufrj.br/wp-content/uploads/2021/12/O_Tamanho_Do_Brasil_.pdf#page=169. Acesso em: 29 nov. 2023. Adaptado.

O processo indicado no gráfico acima é consequência da(o)

(A) perda da produtividade do solo, ocasionada pelo processo de lixiviação.
(B) variação da produtividade do solo, ocasionado pelas mudanças climáticas.
(C) estagnação de produtividade do solo, ocasionada pelo abuso de agrotóxicos.
(D) ganho de produtividade do solo, ocasionado pelo investimento capital intensivo.
(E) estabilidade na produtividade do solo, ocasionada pela promoção da reforma agrária.

17
Em Mato Grosso, as cidades podem ser divididas em dois grupos principais: o primeiro grupo é composto pelas cidades da Depressão Cuiabana, do Pantanal, e de Vila Bela da Santíssima Trindade e da região de Diamantino, com paisagem mais heterogênea e cuja população apresenta uma cultura mais perceptivelmente regional; o segundo grupo, composto pelas cidades presentes em eixos como Campo Novo do Parecis, Campos de Júlio, Sapezal, Campo Verde e Primavera do Leste, apresentando paisagem mais homogênea, com simetria não só no traçado e na morfologia urbana, mas também no perfil sociocultural de seus habitantes.

A diferença entre esses dois grupos é que as cidades do primeiro grupo

(A) são majoritariamente indígenas, e as do segundo são de colonização lusa.
(B) são de povoamento mais antigo, e as do segundo são de ocupação recente.
(C) são tradicionais centros industriais, e as do segundo são núcleos mineradores.
(D) estão mais próximas da fronteira boliviana, e as do segundo são mais afastadas.
(E) ocupam áreas do bioma amazônico, e as do segundo ocupam áreas do cerrado.

18
Mato Grosso é um dos estados com maior abundância de água doce no país. O estado carrega títulos de "berço das águas" e "caixa d'água do Brasil", por conta dos seus inúmeros rios, aquíferos e nascentes, e por comportar, em seu território, três das doze regiões hidrográficas existentes no Brasil: Amazônica, Paraguai e Tocantins-Araguaia.

NASCIMENTO, R. L. X. [*et al*.]. **Caderno de caracterização**: estado do Mato Grosso. Brasília, DF: Codevasf, 2023. Adaptado.

A formação do relevo que constitui o divisor de águas das bacias dos rios Araguaia, Paraná e Alto Paraguai é

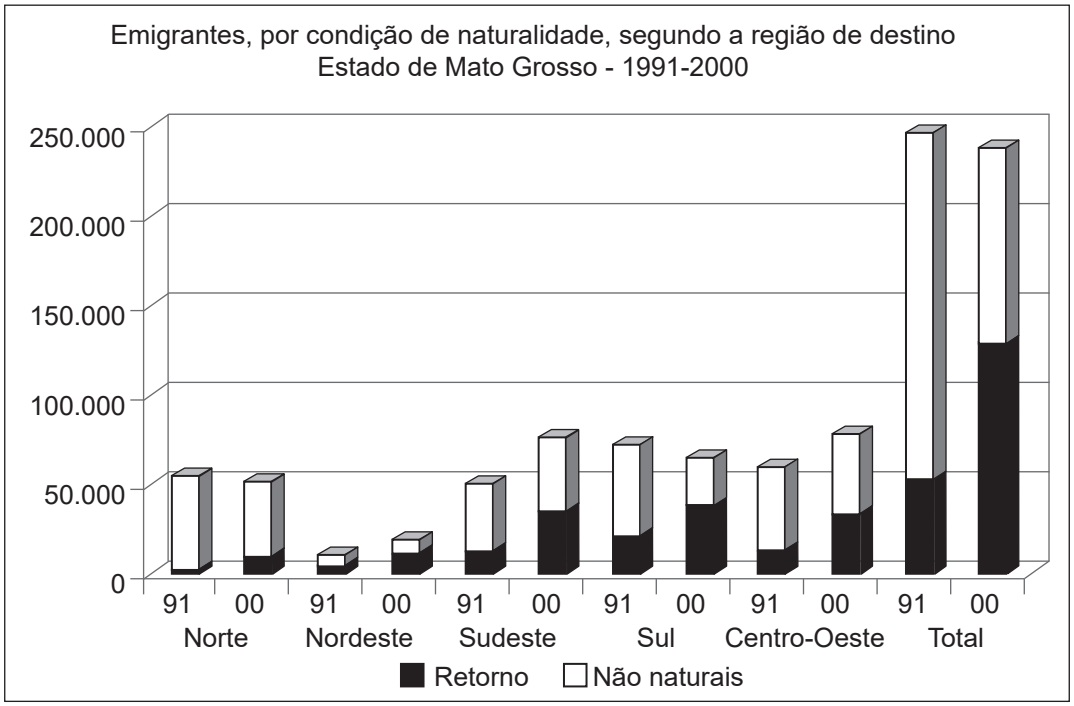
(A) a Depressão Cuiabana
(B) a Chapada dos Parecis
(C) a Planície do Rio Araguaia
(D) as Serras Residuais do Alto Paraguai
(E) o Planalto dos Guimarães

RASCUNHO

Continua

19

Entre 1970 e 1990 a imigração em Mato Grosso foi bastante significativa, com taxas anuais de 6,6% entre 1970 e 1980 e de 5,4% entre 1980 e 1990. Todavia, a partir de 1990 o influxo populacional diminuiu no estado. Em paralelo ao movimento de chegada, a emigração também ocorria.



CUNHA, J. M. P., **Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro**: o caso de Mato Grosso. Campinas, 2004. Relatório de pesquisa. *In*: REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO. Jun. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbepop/a/PSp4DcbZ9mXpnFpZVgQzP6F/#. Acesso em: 30 nov. 2023.

Na análise do gráfico, observa-se uma mudança no padrão de emigração da população em Mato Grosso, indicando que, na década de 1990, houve a(o)

(A) diminuição significativa da emigração
(B) aumento significativo da emigração
(C) estabilização da taxa de emigração
(D) pequena diminuição da emigração
(E) pequeno aumento da emigração

20

O estado de Mato Grosso tem vivenciado rápido processo de urbanização. A maior parte de suas cidades com mais de 50 mil habitantes vem apresentando crescimento demográfico superior à média nacional, impulsionado pelo setor industrial.

No último decênio, o capital industrial que vem comandando a urbanização de Mato Grosso é o

(A) farmacêutico
(B) biomédico
(C) agroindustrial
(D) metalúrgico
(E) de infraestrutura

RASCUNHO

21

Afonso d'Escragnolle Taunay escreveu, entre os anos de 1924 e 1950, uma longuíssima obra sobre as chamadas "Bandeiras Paulistas". Em seu último de 11 tomos, Taunay dedicou-se às "monções cuiabanas do século XVIII". Nele, se lê:

> Como consequência imediata da descoberta do ouro cuiabano, operou-se a transformação da principal rota sertanista, já quase sesqui-secular da penetração ocidental, para a devassa das terras e a preá do índio, em via comercial e militar. [...] E, com efeito: em parte alguma do globo as condições geográficas, demográficas, comerciais, coexistiram e associaram-se tão típicas, tão originais, quanto as que caracterizaram essa via anfíbia de milhares de quilômetros de imensos percursos fluviais e pequenas jornadas terrestres: a estrada das monções entre os pontos terminais de Araraitaguaba e Cuyabá, separados por três mil e quinhentos quilômetros da mais áspera navegação com a mínima solução de continuidade constituída por alguns quilômetros do varadouro de Camapuan. [...Avançava-se] em desrespeito ao ajuste interibérico de 1494 definitivamente perempto em 1750 graças ao influxo das bandeiras sobre a resistência pequena [...] castelhana [...] ao Sul e no Centro do Brasil atual e quase nula e, por assim dizer, inexistente na Amazônia.
>
> TAUNAY, A. de E.: **História Geral das Bandeiras Paulistas**. Tomo undécimo e último. São Paulo: Edição do Museu Paulista, 1950. p. 11. Adaptado.

O texto acima refere-se à(ao)

(A) iniciativa paulista de avançar no território colonial luso desde a capitania de São Vicente, em direção oeste, buscando novos locais para estabelecimento de roças para o cultivo de café, culminando com a formação de pequenas vilas com vocação para rentáveis entrepostos comerciais.

(B) estabelecimento da colonização portuguesa nas costas da América do Sul, à extração de pau-brasil, à guerra contra as invasões francesas e ao estabelecimento da capital do Brasil em Salvador, na Bahia.

(C) economia agroexportadora da monocultura de cana-de-açúcar, à ocupação de grandes áreas de latifúndio ao plantio, ao estabelecimento dos engenhos de açúcar na região Nordeste do Brasil e à utilização da mão de obra negra escravizada.

(D) descoberta do ouro em Minas Gerais, ao grande afluxo migratório decorrente dessa descoberta rumo aos sertões do Brasil, estabelecendo-se em Vila Rica de Ouro Preto e Mariana, formando uma população miscigenada, liberta e assalariada.

(E) relação entre o influxo das bandeiras, à interiorização da colonização portuguesa, ao avanço luso sobre os limites espanhóis estabelecidos no Tratado de Tordesilhas de 1494 e à assinatura do tratado de Madrid, em 1750.

22

Em agosto de 1940, Getúlio Vargas fez um discurso:

> Após a reforma de 10 de novembro de 1937, incluímos essa cruzada no programa do Estado Novo, dizendo que o verdadeiro sentido de brasilidade é o rumo ao Oeste. [...] O Brasil, politicamente, é uma unidade. Todos falam a mesma língua, todos têm a mesma tradição histórica e todos seriam capazes de se sacrificar pela defesa do seu território. [...] Mas se politicamente o Brasil é uma unidade, não o é economicamente. Sob esse aspecto, assemelha-se a um arquipélago formado por algumas ilhas, entremeadas de espaços vazios. As ilhas já atingiram um alto grau de desenvolvimento econômico e industrial e as suas fronteiras políticas coincidem com as fronteiras econômicas. Continuam, entretanto, os vastos espaços despovoados, que não atingiram o necessário clima renovador, pela falta de densidade da população e pela ausência de toda uma série de medidas elementares, cuja execução figura no programa do Governo e nos propósitos da administração [...]. Desse modo, o programa de "Rumo ao Oeste" é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. [...] Não ambicionamos um palmo de território que não seja nosso, mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro das nossas próprias fronteiras.
>
> Discurso Cruzada rumo ao Oeste, em Goiânia, 8 de agosto de 1940. *In*: **A Nova Política do Brasil VIII:** ferro, carvão, Petróleo 7 de agosto de 1940 a 9 de julho de 1941. Rio de Janeiro, José Olympio. vol. 8. p. 30-31. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/getulio-vargas/vargas-a-nova-politica-do-brasil-vol-viii/view. Acesso em: 14 jan. 2024.

Segundo o texto, a Marcha para o Oeste foi um(a)

(A) programa que, durante o Estado Novo (1937-1945), uniu o discurso nacionalista ao projeto de ocupação, desenvolvimento e integração das áreas mais interiores do Brasil.

(B) política de governo que, durante o período democrático, promoveu investimentos na Bahia e em Minas Gerais, para financiamento da agricultura familiar.

(C) iniciativa de integração nacional que financiou, por exemplo, a construção da rodovia Presidente Dutra, que liga o Rio de Janeiro a São Paulo.

(D) ação imperialista, que, aproveitando o contexto da Segunda Guerra Mundial, visava expandir os limites do Estado brasileiro e adentrar os territórios da Bolívia e do Paraguai.

(E) empreendimento desenvolvimentista, viabilizado na conjuntura antidemocrática, ainda que desenvolvimentista e nacionalista, da ditadura civil-militar de 1964-1988.

23

No princípio da colonização do Brasil, a evangelização realizava-se de forma itinerante, numa espécie de peregrinação na qual os padres missionários se deslocavam ocasionalmente dos povoados coloniais até os indígenas. Após algum tempo, porém, os padres da Companhia de Jesus dedicaram-se a reunir, em um mesmo local, grandes grupos de indígenas, com o objetivo de convertê-los e "civilizá-los". Esses locais, chamados de aldeamentos ou reduções, chegaram a reunir centenas, talvez milhares, de indígenas, e se tornaram muitas vezes povoados relativamente urbanizados, prósperos e autossuficientes. No entanto, em meados do século XVII,

> à voz corrente de que os paulistas vinham dar sobre essa redução, os índios deram princípio à construção de um pequeno valo ou cerco, o qual, contudo, não pôde aprontar-se, por causa da pressa com que os inimigos avançavam. No dia de São Francisco Xavier do ano de 1636, quando se estava celebrando a festa com missa e sermão, 140 castelhanos* do Brasil, acompanhados de 150 tupis entraram naquele "pueblo". Vinham todos otimamente armados com escopetas e se achavam vestidos com gibões [...], pelo que o soldado está protegido dos pés à cabeça e peleja com segurança contra as setas. [...] Havia se acolhido à igreja a gente do povo, pois a sua parede servia também de continuação ao valo ou cerco não terminado. [...] Pelejaram todos durante seis horas, ou seja, desde as oito da manhã até as duas da tarde. Feriram os paulistas a um dos padres com um balaço na cabeça. Atravessaram o braço de um dos irmãos e ao outro deixaram-no vulnerado.

*a expressão deve ser lida aqui como sinônimo de "homens brancos".

MONTOYA, A.R. **Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas províncias do Paraguai Paraná, Uruguai e Tape**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997. p. 274. Primeira edição: 1639. Adaptado.

RASCUNHO

No centro da querela entre colonos e jesuítas, estava a

(A) liberdade dos índios, uma vez que os bandeirantes buscam libertar os indígenas da opressão dos religiosos da Companhia de Jesus, aliando-se aos povos originários na defesa de suas terras e pela preservação de seus costumes e tradições.
(B) defesa dos termos apresentados no Tratado de Madri, uma vez que os jesuítas se alinharam à Coroa portuguesa para defender as ideias do Marquês de Pombal com relação à tutela dos índios.
(C) disputa pelo uso da força de trabalho dos povos originários, pois, enquanto os colonos consideravam que a função dos padres era apaziguar os indígenas para que eles pudessem servir ao trabalho, os padres lutavam pelo direito de desenvolver uma catequese, segundo os interesses da Companhia de Jesus.
(D) desocupação do território espanhol, na medida em que as lideranças jesuíticas convenceram a Coroa portuguesa a manter a área dos Sete Povos das Missões e restaurar o domínio sobre a região de Colônia do Sacramento, o que foi feito em 1751.
(E) unificação das Coroas Ibéricas, defendida pelos jesuítas e contestada pelos colonos, os quais acabaram por perder a disputa em 1640, quando Portugal e Espanha se unificaram na chamada União Ibérica, que durou até 1750.

24

Historicamente, a colonização do continente americano, em especial dos territórios sob domínio português na América do Sul, ocorreu com a conquista e o povoamento por colonos a partir da costa do Oceano Atlântico. No entanto,

> "passado um século de penetrações constantes pelos sertões, [...] teve início o povoamento da região de Cuiabá, onde Pascoal Moreira Cabral descobriu ouro nas margens do rio Coxipó, em 1719." (Volpato, 1987, p. 30)

Foram fatores que concorreram para a interiorização dos domínios portugueses na América, no período colonial:

(A) o cultivo da cana e do tabaco, em especial nas zonas litorâneas do Oceano Atlântico.
(B) o profundo respeito que os colonos tinham com os compromissos firmados com a Coroa da Espanha.
(C) a busca por ouro e a captura de indígenas que pudessem ser escravizados.
(D) a extração de pau-brasil e o plantio de café, principalmente às margens do Rio Tietê.
(E) as invasões francesas e espanholas, em especial na província do Rio de Janeiro e na capitania de São Vicente.

25

No Brasil, a preocupação com os "vazios demográficos", isto é, com grandes áreas, em geral de fronteira, com baixo índice demográfico e pouco integradas às demais regiões do país, esteve presente em diferentes governos durante o século XX. Segundo a pesquisadora Rosana Ravache, o projeto nacional de ocupação do centro-oeste durante o governo do General Ernesto Geisel baseava-se na

> falta de terras no sul do Brasil, cuja estrutura fundiária estava esgotada e esse era o principal impasse para solucionar os problemas da reforma agrária; na necessidade de ocupar as áreas de fronteira, a título de proteção territorial; e na urgência de povoar aquelas grandes áreas do país, cujos índices demográficos eram muito baixos. [...]. Os militares visavam "vender" a baixo custo áreas mato-grossenses consideradas anecúmenas [desocupadas], principalmente para os agricultores dos estados do sul do Brasil. [...] Quando a ditadura militar usou o *slogan* "terra sem homens para homens sem terra", cometeu duas veleidades. Uma foi ignorar a população autóctone porque, apesar da baixa densidade demográfica, ali vivia um número expressivo de índios e caboclos que foram deslocados ou mortos para dar lugar aos colonos ou empresas colonizadoras que "lotearam" boa parte da região amazônica. A outra foi imaginar que a questão da reforma agrária no Rio Grande do Sul, Paraná e em Santa Catarina se resolveria, simplesmente deslocando aquelas pessoas para o meio da selva, em condições precárias de sobrevivência, esperando que elas transformassem e urbanizassem, sem qualquer apoio, as áreas para as quais foram destinadas.
>
> RAVACHE, R. L. Lucas do Rio Verde: um caso de sucesso no planejamento urbano. *In*: MAGAGNIN; CONSTANTINO; BENINI. **Cidade e o planejamento da paisagem**. Tupã: Anap, 2019, p. 95-97. Adaptado.

Segundo a pesquisadora, as políticas de Estado de ocupação de Mato Grosso

(A) representaram uma iniciativa de ordenação fundiária realizada a despeito das populações locais que já habitavam as áreas a serem colonizadas, associada à instalação de colonos em áreas de urbanização nula ou precária.

(B) reproduziram uma política democrática e participativa de distribuição de terra, na medida em que as iniciativas de loteamento priorizaram a economia familiar, interditando a participação de empresas privadas nesse processo.

(C) exprimiram uma preocupação legítima de ocupação da área chamada de "Amazônia legal", que priorizou um projeto estatal de planejamento e manejo sustentável da mata em detrimento do desmatamento e da urbanização da região.

(D) transformaram a paisagem do Centro-Oeste brasileiro, pois essas áreas, antes mesmo de receberem novos colonos, foram objeto de políticas públicas de planejamento, saneamento e urbanização, financiadas e viabilizadas pelo poder público.

(E) tornaram desnecessárias novas políticas de reforma agrária, em especial na região Sul, na medida em que o deslocamento de colonos do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul para Mato Grosso deram fim às disputas fundiárias no país.

RASCUNHO

RASCUNHO

Continua

ÉTICA, FILOSOFIA E ATUALIDADES

26

No ano passado, o estado de Mato Grosso teve um importante desempenho econômico:

> Mato Grosso confirmou, em 2023, a liderança nacional ao apresentar o maior saldo da balança comercial do Brasil, com US$ 28,78 bilhões. Esse é o maior resultado da série histórica estadual. Em outras palavras, o estado teve, no ano passado, o seu maior superávit comercial. Mesmo com mais de 80% da pauta de exportação formada por produtos do agronegócio – essencialmente matérias-primas –, o estado se sobressaiu ante tradicionais concorrentes, como Minas Gerais e Pará. Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento (Mdic), o saldo da balança mato-grossense é resultado do movimento entre exportações (US$ 32 bilhões) e importações (US$ 3,22 bilhões), ao longo do ano passado. O superávit ocorre quando o valor exportado pelo Brasil supera as importações.
>
> PERES, M. **MT tem maior saldo da balança comercial brasileira**: US$ 28,78 bi. Diário de Cuiabá. Disponível em: https://www.diariodecuiaba.com.br/economia/mt-encerra-2023-com-maior--saldo-da-balanca-comercial-brasileira/671902. Acesso em: 14 jan. 2024.

Segundo o texto, atualmente, a economia do estado de Mato Grosso

(A) é formada, principalmente, por produtos do agronegócio e tem importante resultado de saldo comercial comparada a outros estados da federação.
(B) destaca-se pela importância do turismo, com destaque do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, o que determinou um importante resultado comercial no ano de 2023.
(C) organiza-se, principalmente, em torno da produção industrial de bens de consumo, com a exportação de automóveis, garantindo o saldo comercial positivo em 2023.
(D) concentra-se na produção de matérias-primas, o que a deixou em desvantagem no ano de 2023 em relação a outros estados, como Minas Gerais e Pará.
(E) depende fortemente da importação de produtos industrializados, o que contribuiu para o resultado deficitário em sua balança comercial, em 2023.

RASCUNHO

27

O estado de Mato Grosso tem um destacado papel na história da demarcação de terras indígenas no Brasil, pois, em 1961, foi criado o então chamado “Parque Nacional do Xingu”, atualmente Parque Indígena do Xingu. Segundo seu decreto de criação, considerando-se a necessidade de preservar essa área como reserva florestal e campo de estudo de riquezas naturais brasileiras, tais terras, pertencentes aos índios, devem restar totalmente resguardadas de exploração, permanecendo, assim, insuscetíveis de alienação. Segundo os pesquisadores,

> os povos indígenas investem mais em suas terras quando há certeza de que serão protegidas. [...] A antropóloga Jurema Machado, presidente do conselho diretor da Associação Nacional de Ação Indigenista (Anaí), reafirma a importância dessa relação entre indígenas e a mata para a proteção da floresta. “O fato de os indígenas terem retomado o território já representou um incremento para a floresta. Os territórios cuidados por eles representam proteção e crescimento da vegetação”, diz.
>
> Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/demarcacao--floresta-terra-indigena-na-mata-atlantica/. Acesso em: 14 jan. 2024.

Considerando-se os objetivos da fundação do Parque do Xingu e os recentes posicionamentos de pesquisadores acima mencionados, observa-se uma relação

(A) lesiva entre a criação de parques e reservas e os interesses nacionais de defesa da economia produtiva e sustentável
(B) favorável entre a demarcação de terras indígenas, a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente
(C) deletéria entre regulamentação fundiária, direitos indígenas e sustentabilidade
(D) positiva entre desregulamentação fundiária e recuperação de florestas
(E) favorável entre exploração predatória em terras indígenas e recuperação de áreas de reflorestamento

28

Sobre a Metafísica, ou a Filosofia Primeira, diz Aristóteles: “Todas as outras ciências serão mais necessárias que esta, mas nenhuma lhe será superior”.

Nesse trecho, tal afirmação refere-se à questão de que

(A) a mente humana é incapaz de conhecer os princípios últimos da realidade.
(B) a visão a respeito dos saberes é eurocêntrica e colonialista.
(C) o comportamento do mundo sublunar e o do mundo supralunar são distintos.
(D) o discurso mítico e o discurso teórico apresentam equivalência.
(E) os saberes teóricos ou contemplativos têm primazia sobre os saberes práticos ou utilitários.

29

Com a teoria das Idéias [...] Platão quis dizer o seguinte: o sensível se explica somente com a dimensão do supra-sensível, o corruptível com o ser incorruptível, o móvel com o imóvel, o relativo com o Absoluto, o múltiplo com o Uno.

REALE, G. **História da Filosofia Antiga**, Vol. II. SP: Loyola. 1994. p. 79.

Conforme verificado no trecho acima, Platão, em sua obra filosófica, afirmou que a

(A) realidade se encerra em relações de imanência.
(B) realidade é composta de instâncias transcendentes e imanentes.
(C) dimensão sensível da realidade é meramente ilusória.
(D) inteligência humana é incapaz de alcançar os princípios últimos da realidade.
(E) inteligência humana inventou noções como as de "absoluto" e "supra-sensível" para tentar dar conta da realidade múltipla e corruptível.

30

A proposição fundamental de Protágoras, o maior e mais famoso dos sofistas, foi o axioma: "O homem é a medida de todas as coisas, das que são pelo que são, e das que não são pelo que não são". Com o princípio do homem-medida, Protágoras pretendia, indubitavelmente, negar a existência de um critério absoluto que discriminasse o ser e o não ser, o verdadeiro e o falso e, em geral, todos os valores.

REALE, G. **História da Filosofia Antiga**, Vol. II. SP: Loyola. 1994. p. 200.

O pensamento do sofista grego Protágoras de Abdera propõe o

(A) dogmatismo no exercício da filosofia
(B) hedonismo como finalidade última das ações humanas
(C) relativismo nas questões concernentes à verdade
(D) materialismo como modelo para explicação da natureza
(E) teocentrismo como parâmetro para a organização da sociedade

RASCUNHO

RASCUNHO

Continua

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31

Uma das possibilidades do protocolo de e-mail é permitir que a resposta de uma mensagem seja direcionada automaticamente para um endereço diferente do endereço de quem enviou a mensagem, que aparece no campo "From:".

Para fazer esse direcionamento, o endereço para o qual a resposta deve ser enviada deve ser colocado no campo

(A) Answer-To:
(B) React-To:
(C) Reply-To:
(D) Respond-To:
(E) Return-To:

32

Ao usar um buscador como o Google ou o Bing, os usuários submetem uma frase ou uma lista de palavras, denominada string de busca, e recebem, como resposta, uma lista de páginas web que atendem, de alguma forma, a essa string, por meio de algoritmos de busca cada vez mais sofisticados.

Apesar dessa sofisticação, essa busca segue a ideia básica de

(A) buscar as páginas web nas quais o usuário navegou recentemente, escolhendo aquelas que atendem à string de busca.
(B) consultar, naquele instante, páginas web que foram atualizadas recentemente para encontrar aquelas que atendem à string de busca.
(C) escolher aleatoriamente uma quantidade limitada de páginas web muito conhecidas, verificando quais atendem à string de busca.
(D) navegar pela rede rapidamente, usando centenas de milhares de servidores, em busca de páginas web que atendem à string de busca.
(E) pesquisar, em uma base de dados pré-construída e indexada, as páginas web que atendem à string de busca.

33

Foi criada uma planilha no MS Excel 2016 contendo uma lista de preços de verduras. Essa planilha tem duas colunas: na primeira, estão os nomes das verduras, ocupando as células de J2 a J9; na segunda, estão os preços correspondentes dessas verduras, ocupando as células de K2 a K9.

Nesse cenário, para que a célula G3 exiba o maior preço dentre os preços das verduras listadas, é adequado usar, nessa célula, a seguinte fórmula:

(A) =MAIOR(K2:K9)
(B) =MÁXIMO(J2:J9)
(C) =MAIOR(J2:J9,1,K2:K9)
(D) =MÁXIMO(K2:K9)
(E) =MAIOR(J2:K9,G3)

34

A internet é uma rede de computadores baseada no protocolo TCP/IP, em que o IP está na camada de rede e o TCP está na camada de transporte.

Um nível acima do protocolo TCP está a camada de aplicação, na qual se encontra o protocolo

(A) ICMP
(B) SMTP
(C) SONET
(D) UDP
(E) Ethernet

35

No Windows 10, uma das funcionalidades introduzidas para melhorar a sua usabilidade e a sua produtividade é a "Área de Trabalho Virtual".

Essa funcionalidade permite a

(A) criação de múltiplas áreas de trabalho para organizar melhor as janelas e os aplicativos abertos.
(B) personalização da aparência gráfica do desktop, permitindo escolher temas e fundos de tela.
(C) manutenção de um ambiente seguro para testar aplicativos em desenvolvimento, isolando-os do sistema principal.
(D) execução de outros sistemas operacionais, como o Linux, dentro do Windows.
(E) execução de programas na nuvem com o mesmo desempenho dos executados na própria máquina.

36

> Existem mais de 7,7 bilhões de pessoas na Terra, e nenhuma é igual a outra. São todas únicas em repertório e necessidades. Mas todas merecem ser vistas e acolhidas com igual valor. Uma vez que aceitamos esse fato e reconhecemos a importância de cada pessoa, nos deparamos com a necessidade de eliminar as barreiras vivenciadas por cada indivíduo. Eliminar barreiras à participação é importante para que cada pessoa siga sua trajetória em se tornar a melhor versão de si mesma e contribuindo com seu repertório único para o desenvolvimento da sociedade. Por isso, a segunda condição para que a inclusão aconteça é a promoção da acessibilidade. Promover acessibilidade significa eliminar barreiras e implementar facilitadores.
>
> Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/33960. Acesso em: 12 dez. 2023.

Ao associar as palavras da autora do trecho acima, Renata Andrade, ao que preconiza o Estatuto de Museus, verifica-se que o conceito de acessibilidade empregado na política de museus é o da acessibilidade

(A) arquitetônica
(B) atitudinal
(C) metodológica
(D) programática
(E) universal

37

O museólogo tcheco Zbynek Zbyslav Stránský é expoente no processo de constituição da Museologia disciplinar no leste europeu, tendo suas perspectivas teóricas circulado internacionalmente, inclusive no Brasil.

Qual é o diferencial referente ao seu pensamento, especialmente no período entre 1965 e 1995?

(A) Delineia a fundamentação necessária para o campo museológico, integrando teoria e prática e pautando como conceitos-chaves musealia, musealidade e musealização para entendimento do processo de atribuição de valor às coisas, tendo sua metateoria constituído o início de uma reflexão científica e social para a Museologia.
(B) Desloca o foco dos estudos dos conceitos-chaves de musealia, musealidade e musealização para colocar os museus como centro do ramo de conhecimentos e práticas específicos, tendo sua metateoria constituído o início de uma reflexão científica e social para a Museologia.
(C) Inaugura uma escola museológica de pensamento ao colocar os objetos sob a guarda dos museus como centro do ramo de conhecimentos e práticas específicos, que foi chamado de Museologia, provocando, assim, o despertar de uma consciência teórica, atualmente indispensável para qualquer estudo nessa área.
(D) Inaugura uma escola museológica de pensamento ao definir que o objeto de estudo da Museologia são os museus em si e os objetos sob sua guarda, inferindo que a configuração de representações a partir dos objetos musealizados privilegia a sintaxe documental e expositiva.
(E) Cunha o conceito de musealidade, no âmbito de sua metateoria, desenvolvida especificamente para o campo da Museologia, modificando esse conceito ao longo dos anos, deixando progressivamente de pensá-lo como a própria orientação específica do valor para interpretá-lo como uma categoria de valor.

38

Consta na Cartilha Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro que, na fase de elaboração e implementação de Planos de Gestão de Risco, é fundamental compreender que “as ações de controle e tratamento que devem ser tomadas face aos agentes de risco são: identificar, detectar, bloquear, responder e recuperar”.

As três primeiras ações encontram-se no escopo das medidas tomadas para limitar ou reduzir o impacto dos agentes de risco na edificação ou acervo, devendo ser acionadas durante o processo de

(A) mitigação dos riscos
(B) emergência
(C) avaliação de risco
(D) prevenção
(E) resgate

39

Considerando-se a Resolução do ICOM-CC/2008, que aborda “Terminologia para a definição da conservação-restauro do patrimônio cultural material”, enquadram-se como exemplos de ações relativas à conservação reparadora:

(A) medidas e ações levadas a cabo de modo a assegurar de forma apropriada o inventário, o controle das condições ambiente, os planos de emergência e a sensibilização do público.
(B) desinfestação de têxteis, dessalinização de cerâmicas, desacidificação de papel e desidratação controlada de materiais arqueológicos submersos.
(C) retoque de uma pintura, colagem dos fragmentos de uma escultura partida, devolução da forma a um cesto e preenchimento de lacunas em um vaso de vidro.
(D) armazenamento, manuseamento, estabilização de corrosão metálica e consolidação de pinturas murais.
(E) remoção de ervas daninhas em mosaicos, segurança, embalagem e transporte.

40

Jean Devallon (2010), ao refletir sobre a concepção de exposição, com base na relação comunicação e sociedade, indica que “na tradição das ciências da informação e da comunicação, o termo ‘comunicação’ designa três tipos [modelos] de processos diferentes”.

No âmbito desses processos, encontra-se a exposição, que pertence ao modelo

(A) interacionista
(B) social
(C) cultural
(D) técnico
(E) semiótico

41

Autores como Desvallées e Mairesse (2014) definem um conceito-chave na área da Museologia como “[...] um conjunto de valores, de conceitos, de saberes e de práticas que têm como fim o desenvolvimento do visitante”.

Trata-se do conceito de

(A) comunicação museal
(B) exposição
(C) público de museu
(D) educação museal
(E) mediação

RASCUNHO

42

De acordo com o Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, dentre as competências do Instituto Brasileiro de Museus, IBRAM, inclui-se a de regular, de coordenar e de manter atualizado para consulta o Registro de Museus, RM, o Cadastro Nacional de Museus, CNM, o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, INBCM, e o Cadastro Nacional de Bens Culturais Musealizados Desaparecidos, CBMD.

Associe esses instrumentos às suas respectivas principais características.

I - RM
II - CNM
III - INBCM
IV - CBMD

P - Instrumento de inserção de dados sistematizados e atualizados sobre bens que integram os acervos museológico, bibliográfico e arquivístico dos museus brasileiros, públicos ou privados, para fins de identificação, acautelamento e preservação.

Q - Instrumento para estimular a formalização dos museus, a partir do acompanhamento das dinâmicas de criação, fusão, incorporação, cisão ou extinção de museus.

R - Integra uma estratégia brasileira para prevenção e combate ao tráfico ilícito de bens culturais, devendo ser constituído obrigatoriamente por informações fornecidas pelos museus públicos do Poder Executivo federal e a título de cooperação por informações fornecidas pelos demais museus e pelos proprietários de bem declarado de interesse público.

S - Instrumento utilizado para mapeamento sobre a diversidade museal brasileira e compartilhamento de informações autodeclaradas das instituições, não se constituindo, porém, em uma obrigação legal.

T - Instrumento de inserção de dados atualizados de mapeamento de diversidade dos acervos museológicos para o combate ao tráfico de bens culturais e também para o compartilhamento de informações entre os demais museus.

(A) I - P ; II - R ; III - S ; IV - Q
(B) I - R ; II - S ; III - P ; IV - Q
(C) I - T ; II - P ; III - S ; IV - R
(D) I - Q ; II - S ; III - P ; IV - R
(E) I - P ; II - S ; III - R ; IV - T

43

Portugal sem plano definido para devolver bens culturais

Governo de Portugal ainda não inventariou o espólio cultural dos países africanos patente há décadas nos museus portugueses, nem definiu um plano para os restituir. Rei do Bailundo vai pedir a Lisboa a devolução de bens.

Disponível em: https://www.dw.com/pt-002/portugal-sem-plano-definido-para-devolver-bens-culturais/a-67487810. Acesso em: 20 nov. 2023.

De um modo geral, os objetos cujo retorno é reivindicado foram musealizados, isto é, estão desterritorializados e encontram-se sob a guarda de uma instituição museológica. Tais objetos reclamados não necessariamente adquiriram um traço diaspórico no momento em que foram adquiridos. [...] É, portanto, no entrelaçamento de diversos processos de patrimonialização que se pode pensar a restituição na chave da reparação.

CHUVA, M. Restituição e reparação: refletindo sobre patrimônios em diáspora. *In*: NOGUEIRA, A. G. R. (org.) **Patrimônio, resistência e direitos:** histórias entre trajetórias e perspectivas em rede. Espírito Santo: Milfontes, 2022. p. 348.

A restituição e a repatriação dos objetos são processos diretamente vinculados aos debates sobre diversidade cultural e patrimônio diaspórico.

Dessa forma, conclui-se que

(A) diáspora de tais objetos é uma construção das lutas decoloniais, e não como algo dado desde o momento em que foram retirados dos seus locais de origem.
(B) repatriação de patrimônio diaspórico é a forma reivindicada por nações ou grupos subnacionais, e a restituição é reivindicada apenas por nações.
(C) repatriação e restituição de patrimônios diaspóricos é um consenso na comunidade internacional, sendo que um dos argumentos comuns aos museus que detêm a guarda dos objetos é que, em geral, os países dos quais as peças vieram têm condições de expô-las da melhor maneira.
(D) repatriação ou restituição dos objetos apresenta a mesma situação de patrimonialização no momento de sua reivindicação, visando recompor valores que são, em geral, fruto das mesmas comunidades de sentido presentes no interior das nações.
(E) objetos tornam-se patrimônios em diáspora na medida em que no processo de aquisição pelos museus permanecem integrados em seus territórios.

44

Devido à diversidade de bens culturais passíveis de patrimonialização e musealização por parte das universidades, em 2005, o Comitê de Ministros do Conselho da Europa aprovou uma recomendação que visa estabelecer orientações e boas práticas na governação e gestão do patrimônio das universidades.

Essa recomendação, que subsidia a reflexão de autores brasileiros que estudam patrimônio cultural e museus universitários, entende patrimônio das universidades como

(A) bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade, nos quais se incluem, entre outros, as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas.
(B) conhecimento e testemunho científico e tecnológico produzido pelo homem, além de bens de natureza material, tais como objetos, documentos em suporte papel, coleções arqueológicas e etnográficas, espécimes das coleções biológicas, construções arquitetônicas.
(C) evidências materiais e imateriais da pesquisa e do ensino das ciências, incluindo ciências ditas exatas, ciências da saúde e ciências naturais.
(D) práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, assim como instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados, transmitidos de geração em geração e constantemente recriados por comunidades, grupos e, em alguns casos, indivíduos, em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade.
(E) vestígios tangíveis e intangíveis da atividade humana relativos às instituições, aos órgãos e aos sistemas de ensino superior, bem como à comunidade acadêmica e ao ambiente social e cultural do qual esse patrimônio faz parte.

45

Na elaboração de um Plano Museológico, sugere-se que o museu estruture o tópico Caracterização do museu dividindo-o em três partes.

Quais partes integram esse tópico?

(A) Histórico, descrição e atuação do museu.
(B) Missão, visão e valores.
(C) Objetivos, metas e novas orientações definidas pelo órgão a que estejam vinculadas.
(D) Prioridades atuais, eventuais sucessos e dificuldades recentemente percebidos e expectativas e características da comunidade.
(E) Projetos mais significativos em andamento, eventuais alterações introduzidas na orientação do museu e novas diretrizes definidas pelo museu.

46

> Numa dimensão mais interna, ela [interação dialógica] se dá entre alunos, técnicos e professores que nele atuam e desenvolvem ações. A esse respeito, a dialogicidade interna deriva, de um lado, do fato de o museu ser um espaço de trabalho interdisciplinar onde cada um aporta seu conhecimento e precisa se abrir aos conhecimentos dos outros. De outro, ocorre porque, frequentemente, as ações têm diferentes desdobramentos e não são unidirecionais: uma pesquisa sobre coleções ou ações do museu pode se tornar uma ação extensionista ou ser a base para uma disciplina.
> Em dimensão mais externa, o MAE caminha para o entendimento de que as ações são antes produto da colaboração, mais do que um conhecimento que a universidade leva para a sociedade.
>
> Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v15i30espp247-277. Acesso em: 23 nov. 2023.

Os autores, ao realizarem uma reflexão sobre as atividades realizadas pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná, MAE-UFPR, destacam a relevância da “transformação da concepção do museu como ferramenta para externalizar o conhecimento produzido na universidade para uma concepção do museu como espaço de e para o diálogo” e explicam a ocorrência de interação dialógica em diversos planos.

Tais perspectivas adotadas pelo MAE-UFPR, alinhadas às diretrizes para a extensão na educação superior brasileira, expressam a relação entre

(A) ensino, pesquisa e extensão universitária e museus universitários, priorizando as interações dialógicas externas através das quais a universidade leva o conhecimento para a sociedade.
(B) ensino, extensão e museus universitários, na qual os museus devem ser prioritariamente considerados laboratórios de ensino acadêmicos para as disciplinas do ensino superior.
(C) extensão universitária e museus universitários, destacando a possibilidade de centralidade dos museus como espaços privilegiados para a curricularização da extensão, por meio de interações dialógicas internas e externas.
(D) extensão universitária e museus universitários, priorizando as interações dialógicas internas através das quais a universidade leva o conhecimento para alunos e sociedade.
(E) pesquisa, extensão e museus universitários, na qual as pesquisas realizadas são centrais para externalizar o conhecimento produzido pela universidade, sendo os demais agentes sociais passivos no processo.

47

O padrão de documentação denominado *Object ID* foi desenvolvido de forma colaborativa entre comunidade de museus, agências policiais e alfandegárias, comércio de arte, indústria de seguros e avaliadores de arte e antiguidades, visando combater o tráfico ilícito do patrimônio cultural.

Esse padrão de documentação define categorias de informações e etapas a cumprir que são: tipo de objeto, materiais e técnicas; medição; inscrições e marcações; título; data ou período; autor ou fabricante;

(A) fotógrafo; assunto ou tema.
(B) método de aquisição; assunto ou tema.
(C) características particulares; assunto ou tema.
(D) assunto ou tema; dispositivos legais.
(E) método de aquisição; fotógrafo.

48

Princípios básicos da ética profissional do trabalho em museus estão inscritos no Código de Ética para Museus. Os padrões mínimos de conduta e atuação nele expressos fornecem ferramentas para a auto-regulamentação a que os profissionais de museus no mundo todo podem aspirar e delimitam o que a sociedade pode esperar dos museus.

Disponível em: https://www.icom.org.br/?page_id=30. Acesso em: 23 nov. 2023.

Os membros que se associam ao Conselho Internacional de Museus devem adotar os princípios e as recomendações definidos no Código de Ética para museus.

O Código de Ética prevê que a(o)

(A) política de acervos implementada pelo museu pode sublinhar claramente a importância de acervos como testemunhos primários e deve se guiar apenas por tendências intelectuais do momento ou por usos habituais do museu.
(B) museu, ao aplicar técnicas analíticas destrutivas, deve integrar as informações referentes no dossiê de conservação, o qual deve ser publicizado pela instituição.
(C) museu pode fazer avaliações para o seguro de seus acervos, porém informações sobre o valor monetário de outros objetos só devem ser dadas sob requisição formal de outros museus ou de autoridades jurídicas, governamentais ou outras autoridades competentes.
(D) solicitação de retirada, pela comunidade de origem, de restos humanos ou de objetos considerados sagrados deve ser atendida somente com relação àqueles que não estão expostos ao público.
(E) profissional de museu tem obrigação de compartilhar os seus conhecimentos e experiências com colegas e pesquisadores, sendo facultativo nos primeiros dez anos de pesquisa o compartilhamento com estudantes de áreas afins.

49

Reunião mobiliza comunidade em busca de objetos para o Museu de Nova Palma

No último dia 23 de maio [de 2022], integrantes do grupo de trabalho do Museu de Nova Palma se reuniram [...] com representantes da comunidade. Na reunião, [...], conversaram [...] sobre o andamento do trabalho e a busca de artefatos referentes à cultura alemã para o acervo do museu.

Reunião mobiliza comunidade em busca de objetos para o Museu de Nova Palma - Radio Integração (radiojornalintegracao.com.br). Acesso em: 23 nov. 2023.

Considerando-se que buscar artefatos referentes à cultura alemã é uma forma de criar estratégias de seleção e que musealizar suscita selecionar, conclui-se que o processo de seleção para sua institucionalização como patrimônio musealizado consiste em

(A) agregar valores e atribuir função de documento ao objeto.
(B) garantir que os direitos de terceiros sejam respeitados pela organização e por quaisquer outros usuários.
(C) garantir que a coleta dos objetos respeite a política da organização e não viole qualquer lei local, nacional ou internacional, tratados ou código de ética.
(D) garantir o registro de aquisição com os objetos como parte dos processos de auditoria e inventário.
(E) registrar os detalhes completos de todos os direitos associados ao bem musealizado.

50

De acordo com a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e as portarias e instruções normativas vinculadas a ela, somente programas, projetos e ações culturais enquadrados em segmentos culturais previstos nessa Lei podem ser beneficiados por doações e patrocínios subsidiados por meio de dedução integral do imposto de renda. Após 20 anos de promulgação da Lei, foi publicada a Portaria do Ministério da Cultura nº 116, de 29 de novembro de 2011, incluindo a preservação ou a restauração de patrimônio museológico entre os segmentos do patrimônio cultural que podem inscrever propostas no Programa Nacional de Apoio à Cultura, Pronac.

Dessa forma, assim como exigido para as propostas direcionadas aos demais segmentos da cultura, é imprescindível que o cadastro, a análise, a seleção, a aprovação, a execução, o acompanhamento, a prestação de contas e a avaliação de proposta, bem como a comunicação entre o proponente e a equipe da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, Sefic, da Secretaria da Cultura, responsável pela gestão da Lei de Incentivo à Cultura, sejam realizados via sistema

(A) de Acesso às Leis de Incentivo à Cultura (Salic)
(B) de Consulta às Leis de Incentivo à Cultura (Salicnet)
(C) programa de Incentivo à Cultura
(D) do Fundo Nacional de Cultura (FNC)
(E) dos Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficarts)

51

Uma instituição museal, com base em sua missão organizacional, deve pautar suas políticas, seus processos e procedimentos de gestão de coleções em diretrizes, normas e padrões nacionais e internacionais. Segundo o modelo *SPECTRUM* 4.0, os procedimentos estão distribuídos na estrutura de gestão estratégica de coleções de quatro partes do PAS 197.

Relacione as quatro partes da gestão estratégica de coleções aos procedimentos.

I - Desenvolvimento das coleções
II - Informação sobre coleções
III - Acesso às coleções
IV - Preservação e conservação de coleções

P - Empréstimo – entrada; uso de coleções; empréstimo – saída
Q - Transporte; gestão de risco; perdas e danos
R - Pré-entrada; entrada de objeto; aquisição; desincorporação e alienação
S - Controle de localização e de movimentação; seguro e indenização; avaliação; auditoria; gestão de direitos; saída do objeto; documentação retrospectiva
T - Aquisição; avaliação; entrada do objeto e avaliação do estado de conservação

(A) I - R ; II - S ; III - T ; IV - R
(B) I - Q ; II - T ; III - P ; IV - R
(C) I - P ; II - R ; III - S ; IV - Q
(D) I - R ; II - S ; III - P ; IV - Q
(E) I - P ; II - S ; III - R ; IV - Q

52

Considere os trechos a seguir.

> A diversidade "é a representação, em um determinado sistema social, da multiplicidade de diferenças e similaridades que existem entre os indivíduos ou os grupos que os representam. [Esta noção] está, portanto, associada aos conceitos de pluralidade (...), multiplicidade ou heterogeneidade, dizendo respeito à miríade de ideias, características ou elementos distintos que distinguem os indivíduos sobre um determinado assunto, contexto ou ambiente. É (...) um vocábulo 'incorrigivelmente plural' e (...) incontornavelmente associado à multiplicidade de identificações culturais de cada grupo social".
>
> Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/39632/98931. Acesso em: 23 nov. 2023.

> A proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais pressupõem o reconhecimento da igual dignidade e o respeito por todas as culturas, incluindo as das pessoas pertencentes a minorias e as dos povos indígenas.
>
> Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_protecao_promocao_diversidade_das_expressoes_culturais_2005.pdf. Acesso em: 23 nov. 2023.

No que tange aos museus, a promoção da diversidade cultural é um dos seus propósitos na contemporaneidade.

No escopo desse debate e no que se refere aos povos indígenas, conclui-se que

(A) a colaboração é um dos caminhos para a indigenização dos museus, porém ela não se caracteriza como elemento metodológico nos museus tradicionais, posto que os indígenas vêm reivindicando e participando de ações e de debates museológicos no Brasil e no mundo.
(B) a expressão indigenização dos museus refere-se ao movimento indígena que consiste na conquista da cena museológica pelos indígenas e nos processos ativados pela atuação desses grupos nos museus, estando associada à expressão hibridização, processo que conjugaria a soma de museus dominantes aos conteúdos indígenas.
(C) o entendimento de que os povos indígenas defendem a necessidade de desconstruir visões estereotipadas e de que mantêm o interesse de produzir conhecimentos sobre si próprios e de apresentar suas narrativas sobre o passado e sobre as suas culturas é indispensável.
(D) a objetificação dos indígenas, o conhecimento e a incorporação de seus interesses e, a partir disso, a construção, individual de oportunidades para que sejam agentes e curadores de suas próprias memórias em museus são absolutamente necessários.
(E) as transformações no universo museal ocorreram a partir dos anos de 1940 e 1950, primeiramente na Inglaterra e, depois, em outros países de colonização inglesa, e foram articuladas a movimentos sociais em defesa dos direitos culturais de grupos minoritários, principalmente, negros e indígenas.

53

Um caso nos EUA é a colaboração no 'steve.museum', que desde 2006 reúne um grupo de museus de arte para avaliar a etiquetagem social e fortalecer a relação entre as pessoas e as coleções dos museus. Inclui instituições como o Guggenheim, o Metropolitan Museum of New York e a Tate Modern.

[A etiquetagem social] é um conceito que se refere, especificamente, à etiquetagem/catalogação pública em um ambiente compartilhado e que leva, como resultado, a uma folksonomia, isto é, uma taxonomia feita por pessoas.

Disponível em: DADUN: La participación de audiencias en museos de arte. Bibliografía general y estudio de caso del Museo de Navarra (unav.edu). Acesso em: 23 nov. 2023.

No âmbito dos museus, a etiquetagem social é utilizada como estratégia para

(A) cobrir a lacuna entre o conteúdo da documentação de coleções *on-line* e o conhecimento e a interpretação dos objetos pelos usuários, adicionando camadas e conectando termos a classificações institucionais.
(B) garantir a responsabilidade permanente pelos objetos e pelos registros documentais associados.
(C) garantir que a documentação de verificação do estado de conservação seja efetuada por pessoas treinadas.
(D) fornecer um registro documental do local de um objeto quando esse objeto não se encontra no seu local habitual.
(E) permitir o uso de objetos por usuários internos e externos para fins de pesquisa, exposição e operação.

54

Mais recentemente o protocolo *Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvestin* (OAI-PMH), juntamente com o padrão de metadados Dublin Core, oferecem uma solução simples para a coleta automática de metadados e sua agregação numa base de dados comum que permita consulta unificada a diferentes acervos. [... A] simplicidade e generalidade do padrão de metadados Dublin Core, para o qual podem ser mapeados registros bibliográficos, arquivísticos e museológico, quando associado ao protocolo OAI-PMH, colocou na ordem do dia a questão da integração entre acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos.

Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/8svGtzqw5HZCrfrPJbRypsb/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 23 nov. 2023.

A denominação atribuída na literatura para essas tecnologias e padrões que permitem agregação e integração é a(o)

(A) TIC
(B) Interoperabilidade
(C) *Linking Open Data Cloud*
(D) Metadados
(E) Repositório digital

55

O desenvolvimento dos museus é, em grande medida, influenciado pelas políticas culturais de cada país. [Estas entendidas como] a definição e a promoção de um conjunto de valores e de acções na esfera da cultura, que num dado momento ou contexto procuram responder às necessidades e preocupações na sociedade onde se inscrevem, atendendo aos recursos disponíveis.

[Seu desenvolvimento] é mutável, variando conforme as mudanças políticas, económicas, sociais e culturais que se operam na sociedade, refletindo em cada momento escolhas e aspectos que são mais valorizados em detrimento de outros.

Disponível em: http://journals.openedition.org/midas/2984. Acesso em: 23 nov. 2023.

Os autores esclarecem que o desenvolvimento e a implementação dessas políticas culturais são de responsabilidade dos Estados-nação, seja na esfera federal, estadual ou municipal.

No contexto brasileiro, datado das primeiras duas décadas do século XXI e no âmbito dos debates sobre política pública para a área da cultura, foi promulgada a Lei nº 12.343/2010 que

(A) cria o Instituto Brasileiro de Museus, instituição responsável pela elaboração, implementação, monitoramento e coordenação do Plano Nacional Setorial de Museus, PNSM.
(B) institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura, Pronac, com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor, de modo a contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais.
(C) institui o Sistema Federal de Cultura, SFC, e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural, do Ministério da Cultura, explicitando o caráter democrático e participativo do SFC nas atividades de formulação/revisão, implementação e monitoramento do referido sistema.
(D) institui o Plano Nacional de Cultura, PNC, e cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, SNIIC, explicitando o caráter democrático e participativo do PNC nas atividades de formulação/revisão, implementação e monitoramento do referido plano.
(E) institui o Sistema Brasileiro de Museus, SBM, com a finalidade de promover a interação entre os museus, instituições afins e profissionais ligados ao setor, visando ao constante aperfeiçoamento da utilização de recursos materiais e culturais.

Continua

56

Após meses de polêmica, Pollock do MAM é vendido por metade do valor inicial

Phillips de Nova York confirma venda para colecionador particular, depois de tela ter encalhado em leilão ano passado Quase um ano após ter sua venda anunciada, a tela "Nº 16" (1950), do americano Jackson Pollock (1912-1956), que pertencia ao Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio, foi finalmente vendida para um colecionador particular. A informação acaba de ser confirmada pela casa de leilões Phillips, responsável pela tentativa de vender a obra em novembro do ano passado. Há rumores de que a tela foi negociada por US$ 13 milhões de dólares, quase metade do valor pedido inicialmente (US$ 25 milhões). A casa de leilões novaiorquina não confirma o valor.

Disponível em: Após meses de polêmica, Pollock do MAM é vendido por metade do valor inicial - Jornal O Globo. Acesso em: 23 nov. 2023.

A venda é uma forma de alienação. Institucionalmente, a Política de Descarte pode prever a venda de objetos ou espécimes que compõem o acervo, desde que respeite exigências e procedimentos previstos em lei ou outras disposições, bem como restrições previstas durante a aquisição.

Para tal fim, o Código de Ética para Museus prevê que

(A) a venda não será efetivada e o objeto ou espécime permanecerão no museu que dispõe de sua guarda, no caso de bens leiloados cujo o valor de venda seja menor que o pedido inicialmente.
(B) os acervos de museus são constituídos para a coletividade e devem ser considerados como ativos financeiros.
(C) os colecionadores particulares ou outros museus não dispõem de preferência na aquisição dos objetos derivados de alienação de acervo.
(D) os familiares ou pessoas próximas aos membros da equipe profissional apresentam prioridade na compra de objetos provenientes de alienação de um acervo sob a responsabilidade do museu.
(E) os recursos ou as vantagens recebidos devem ser usados somente em benefício do próprio acervo e, em princípio, para novas aquisições de acervo.

57

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) considera o Inventário Participativo (IP) como ferramenta de Educação Patrimonial. Na última década, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) intensificou o incentivo para que pontos de memórias e museus apliquem tal ferramenta. Vários dos pontos de memória e museus que realizaram o IP utilizaram como base o manual de aplicação chamado de Educação Patrimonial: inventários participativos.

Esse manual tem como principal base o Inventário Nacional

(A) da Diversidade Linguística
(B) de Bens Imóveis: Sítios Urbanos
(C) de Patrimônio Genético
(D) de Referências Culturais
(E) dos Bens Culturais Musealizados

58

[...] alguns autores trabalham três níveis de planejamento: estratégico, tático e operacional. Essa abordagem pode ser útil para a organização, bem como para a visão geral do processo. O planejamento estratégico seria o instrumento mais amplo, genérico, sintético e abrangente. Envolve toda a organização e volta-se para o longo prazo. O planejamento tático abrange as unidades ou funções da organização, sendo mais detalhado e voltando-se para prazos mais curtos. O planejamento operacional abrange as atividades específicas a serem desenvolvidas no curto prazo.

Disponível em: Subsídios-para-a-elaboração-de-planos-museológicos.pdf (museus.gov.br). Acesso em: 23 nov. 2023.

Na elaboração de um plano museológico, devem ser associados tais níveis às seguintes etapas:

I - planejamento estratégico
II - planejamento tático
III - planejamento operacional

P - Elaboração do cronograma e monitoramento
Q - Caracterização, planejamento conceitual, diagnóstico e objetivos estratégicos
R - Elaboração de projetos
S - Elaboração de programas

(A) I - P ; II - Q ; III - S
(B) I - P ; II - Q ; III - R
(C) I - Q ; II - R ; III - P
(D) I - S ; II - P ; III - R
(E) I - Q ; II - S ; III - R

Continua

59

Ao definir parâmetros de gestão para os museus, o Estatuto coloca o Brasil na vanguarda dos países que criaram marcos regulatórios para o setor e consolida a política para museus no contexto das políticas culturais.

Disponível em: http://www.sistemademuseus.rs.gov.br/wp-content/midia/Legislacao-sobre-Museus.pdf. Acesso em: 23 nov. 2023.

O Estatuto de Museus determina que sob sua regência enquadram-se as(os)

(A) instituições, os processos museológicos e as coleções visitáveis voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e com o território, visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.
(B) instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e com o território, visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.
(C) instituições de memória e as coleções visitáveis voltadas para o trabalho com o patrimônio cultural e com o território, visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.
(D) museus, os arquivos, as bibliotecas, os centros de documentação e as coleções visitáveis, bem como os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e com o território, visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.
(E) processos museológicos e as instituições que se categorizam como centros de documentação voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e com o território, visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.

RASCUNHO

60

A catalogação é o processo de compilação e manutenção de informações importantes por meio da descrição sistemática dos objetos da coleção, incluindo a organização dessas informações para formar um arquivo catalográfico dos objetos.

Nos museus, a catalogação de coleções é um procedimento com o objetivo de

(A) aplicar ações de maneira direta sobre um bem ou um grupo de bens culturais que tenham como objetivo deter os processos danosos presentes ou reforçar a sua estrutura.
(B) gerir a informação que atribui significado às coleções, não como um fim em si, mas sim para registar e recuperar o que se sabe sobre os objetos, propiciando que os registros apresentem uma visão geral dos elementos-chave da coleção e possam ser indexados para que a informação seja facilmente recuperada.
(C) implementar ações aplicadas de maneira direta a um bem individual e estável para facilitar sua apreciação, compreensão e uso.
(D) implementar medidas e ações no contexto ou na área circundante ao bem cultural, de modo a evitar ou minimizar futuras deteriorações ou perdas, respeitando o significado e as propriedades físicas do objeto.
(E) reforçar a estrutura do bem cultural, interferindo na questão estética e salvaguardando o patrimônio cultural tangível, de modo a assegurar sua acessibilidade às gerações atuais e futuras.

RASCUNHO

RASCUNHO